

SPG04 Cultura política e comportamento eleitoral

**O legado democrático e o compromisso com a democracia:
evidências na américa latina**

Gabriel Avila Casalecchi

O LEGADO DEMOCRÁTICO E O COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA: EVIDÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA

Gabriel Avila Casalecchi¹

Introdução

Há décadas que um dos maiores desafios da ciência política é explicar o *quanto* e *porque* os cidadãos apoiam a democracia. Tal interesse parte do pressuposto de que a *legitimidade democrática* é um ingrediente importante para a sua *estabilidade e consolidação* (Linz e Stepan, 1996). Não é em vão que a maior parte dos esforços na área tem como foco justamente os países em que essa “estabilidade” e “consolidação” ainda estão muito incipientes e em processo de formação, as chamadas “novas democracias”.

Sem maiores ressalvas a América Latina é, normalmente, classificada como parte das novas democracias nos estudos sobre a legitimidade política. Como tal, encontra-se imersa em todos os desafios compartilhados por essa categoria de países: a construção de um Estado democrático – seus aparatos, instituições, regras e atores – em um contexto frequentemente marcado pelas dificuldades econômicas, sociais e políticas. De fato, a *construção* desse Estado democrático é um empreendimento cheio de percalços que – no médio ou longo prazo – pode ser tanto facilitado quanto dificultado pelos cidadãos, a depender do quanto eles aceitam a democracia como: “*o único jogo da cidade*”².

Todavia, tomar os países da América Latina como se fossem, uniformemente, “novas democracias” é um equívoco anacrônico. Apesar das semelhanças compartilhadas, especialmente no processo de redemocratização mais recente, a *qualidade* e o *tempo* em que as democracias funcionam são significativamente diferentes. De países com democracias estáveis, como a Costa Rica, ou com longa tradição democrática interrompida por processos autoritários, como o Uruguai e o Chile, até os países cuja experiência democrática é muito recente, como o Paraguai, ou instável, como no Haiti. Cada uma dessas trajetórias resulta em um *legado democrático*³ que não pode ser, simplesmente, ignorado.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista CAPES. Contato: gacasalecchi@gmail.com.br

² Tradução livre de: “*the only game in town*”.

³ O conceito de “legado democrático” ocupa um papel central nesse estudo e será definido com maior rigor analítico na segunda seção do artigo. Entretanto, para guiar o leitor em uma primeira definição, pode-se considerar

Levar em consideração esse legado não é só uma correção cronológica, mas assumir um pressuposto simples, porém muitas vezes esquecido: o de que “*os regimes democráticos não começam a cada novo calendário do ano; mas onde um está hoje depende criticamente de onde esteve antes*”⁴ (Gerring, et. al., 2006, p. 10). Como já dizia Marx de forma alegórica: “o peso dos mortos recai sobre a cabeça dos vivos”. Em outras palavras, é preciso reconhecer o papel fundamental exercido pelo *contexto* que, por sua vez, é indissociável da sua própria *trajetória*. Isso também vale para as atitudes políticas. As crenças, atitudes e opiniões dos indivíduos não são formadas em um “vácuo social”, mas dependem vigorosamente do ambiente social na qual elas são produzidas e reproduzidas.

Uma vez construídas, as instituições democráticas são responsáveis por criar ou, ao menos, reforçar as atitudes democráticas dos cidadãos, contribuindo para a formação de uma “cultura” em que o regime democrático, suas regras e princípios, sejam vistos como melhores e desejáveis. Por outro lado, quanto mais consolidadas e disseminadas essas atitudes, mais difícil será um “retorno” ao cenário autoritário, fato que envolveria enormes custos políticos (Almond, 1996; Lipjhart, 1989; Diamond, 1994).

Apostando nessa relação recíproca, o argumento central deste artigo é o de que a experiência acumulada ao longo do tempo em um país – o seu legado democrático – afeta profundamente o compromisso democrático assumido pelos cidadãos. O contexto produzido por cada uma dessas experiências proporciona constrangimentos objetivos no *aprendizado* e na *vivência* de cada cidadão que, por sua vez, afetam, diretamente, nas suas orientações a respeito do regime não só em termos da sua preferência pelo regime, mas sim em um efetivo compromisso com ele, mais forte e cristalizado, capaz de resistir às pressões exercidas nos momentos de crises sociais e políticas, comuns na América Latina.

Países com instituições democráticas sólidas e maduras, enraizados no tecido social e político de uma sociedade, são, justamente, aqueles que promovem um ambiente favorável ao aprendizado e a socialização dos valores democráticos. Tendo isso em mente, a hipótese da pesquisa pode ser enunciada: *indivíduos que vivem em países com maior legado democrático têm maior probabilidade de ter um compromisso democrático, mesmo quando controlada por outros importantes fatores individuais e contextuais.*

como legado democrático acumulo da experiência democrático de um país ao longo do tempo. Em termos empíricos isso pode ser traduzido como o acumulo da qualidade da democracia (medida, por um índice) ao longo do tempo (que em nossa pesquisa irá cobrir todo o período após 1900).

⁴ Tradução livre de: “*regimes do not begin again with each calendar year. Where one is today depends critically upon where one has been*”.

Entretanto, o que são, exatamente, o compromisso com a democracia e o legado democrático e como mensurá-los? As próximas duas seções do artigo respondem essa pergunta a partir de uma discussão mais ampla com a literatura a respeito da definição de cada um desses conceitos, assim como uma proposta de como medi-los empiricamente. Em seguida a hipótese é restada a partir do banco de dados do Barômetro das Américas.

O compromisso democrático

Segundo Rose (2002, p.12) o cerne da legitimidade democrática tem um ponto de partida relativamente simples: uma maioria que acredita nesse regime como a melhor forma de governo ou, ao menos, melhor que suas alternativas. Um regime só é “legítimo” na medida em que não encontra competidores ou, em outras palavras, quando é visto como “o único jogo da cidade” (Di Palma, 1990). Nesse sentido, uma tarefa imprescindível das pesquisas é identificar aqueles que têm essa crença daqueles que não as têm. Uma solução muito intuitiva para esse problema é: perguntar diretamente às pessoas se elas consideram a democracia a melhor forma de governo e/ou se ela é preferível a suas alternativas.

Dentro dessa lógica, uma das perguntas mais utilizadas para medir a preferência pela democracia é construída da seguinte forma: “com qual das frases você concorda mais: a democracia é sempre preferível a qualquer outra forma de governo; em algumas situações um governo autoritário pode ser preferível; para uma pessoa como eu, tanto faz um governo democrático ou autoritário” (Mishler e Rose, 2001; Rose, 2002).

Mas o que essa pergunta está realmente medindo? Nos estudos do campo da psicologia, uma propriedade básica das atitudes é a sua direção, isto é, se ela é uma resposta negativa ou positiva em relação a um objeto específico (Krosnick e Rahn, 1994; Druckman e Lupia, 2000). Essencialmente, o que a medida clássica de preferência pela democracia faz é acessar essa “direção atitudinal”. Ou seja, ela mostra o quanto que os cidadãos concebem esse objeto político, a “democracia”, como favorável ou desfavorável.

Contudo, a preferência pela democracia tem um limite muito claro: ela não nos diz *até que ponto* ela persiste ou é consistente, ou seja, qual a sua “força”. Por exemplo: uma pessoa pode dizer que prefere sorvete de chocolate ao invés de baunilha e então provavelmente irá escolher o primeiro ao invés do segundo diante das duas opções. Mas qual seria a sua reação se soubesse que o sorvete de chocolate está R\$1,00 mais caro que o de baunilha? Até que ponto a preferência pelo de chocolate determinaria sua escolha final?

Segundo o modelo de Zaller e Feldman (1992), mais do que relevar uma opinião, ao responder uma pergunta de um survey, os indivíduos estão, na verdade, construindo essa opinião. Ao falar sobre um tema, o respondente acessa em sua memória toda a “amostra” de informações que tem a respeito dele para, então, dar sua resposta. Os autores argumentam, no entanto, que essa “amostra” é enviesada com as informações mais salientes daquele contexto, ou seja, que ela é determinada, em grande medida, pelas informações mais recentes e mais disseminadas naquele momento específico da resposta.

Tendo em vista esse modelo, não surpreende que, em um primeiro momento, a maioria das pessoas reconheça a democracia como a melhor forma de governo, afinal, desde o final da década de 1990, com a queda do muro de Berlin e o fim da URSS, os valores democráticos caminha para um quase “universalização”, de forma que dificilmente são contestados ou confrontados com outros valores (Sen, 1999).

Voltando ao exemplo do sorvete, ainda que pareça trivial ele é bastante instrutivo, pois exemplifica um “segundo” acesso à “memória”, dessa vez considerando não só a informação mais imediata a seu respeito – se prefere chocolate ou baunilha – mas também as novas condições disponíveis – que o sorvete de chocolate é mais caro. Ao serem confrontados com a sua preferência pela democracia, os indivíduos acessam uma “amostra” em sua memória normalmente livre de “embates”. Contudo, ao considerar outras condições – como crise, crime, corrupção e etc. – uma nova gama de informações passa a ser considerada, dessa vez muito mais permeadas por contradições (Feldman, 1988, p. 417).

Em suma, um cenário em que a democracia é, simplesmente, colocada como uma opção preferível de um outro em que ela deve ser sustentada mesmo diante fortes crises, muda totalmente o processo de produção das atitudes políticas. No contexto em que a democracia é enunciada sem qualquer referência a crises e problemas, ela dificilmente será colocada em cheque. Mas o que dizer de um contexto adverso de grande recessão, alto desemprego, criminalidade e escândalos contínuos de corrupção? Evidentemente, existem muitos mais “motivos” para uma resposta negativa no segundo cenário, em que tudo vai mal, do que no primeiro, em que essas condições não são consideradas. Podemos dizer que o segundo cenário não depende apenas de uma simples preferência pela democracia, mas sim de um *compromisso com a democracia* (Kiewiet de Jonge, 2013).

Do ponto de vista atitudinal, o compromisso com a democracia vai além da direção da atitude, abrangendo também a sua força, isto é, a sua capacidade de resistir, mesmo em um cenário mais complexo de tomada de decisão, em que informações contrastantes estão sendo colocadas em jogo (Krosnick, 1991; Krosnick e Rahn, 1994). Se a preferência mostra o

quanto a democracia é vista como favorável, o compromisso revela o seu limite diante de circunstâncias desfavoráveis, ou seja, em um cenário de adversidades.

Segundo Torcal (2008), é o compromisso – e não a preferência – que impulsiona a consolidação da democracia, ao menos do ponto de vista atitudinal. Para que tenha um efeito “consolidador” ele deve ser incondicional: “o que significa que deve ser imune aos conflitos políticos diários, as crises econômicas e políticas, e à insatisfação com o funcionamento e as conquistas do sistema, gerando uma ‘zona de segurança’ democrática”⁵ (Torcal, 2008, p. 30). Essa imunidade refere-se ao fato de não retroceder nesses momentos de crise, isto é, não aceitar, mesmo sob condições adversas, possíveis golpes e ações autoritárias.

Nesses termos, o compromisso com a democracia pode ser visto como composto por dois polos, um negativo e outro positivo. No primeiro, temos a preferência pela democracia em relação a suas alternativas, enquanto no segundo encontramos a rejeição às alternativas não democráticas, representadas principalmente pelo rechaço a golpes militares em contextos desfavoráveis (Chu e Huang, 2007; Recabarren-Silva, 2014).

Diferente da preferência, o compromisso com a democracia nos diz *se* os cidadãos preferem a democracia e *até onde* estão dispostos a manter sua preferência. É, nesse sentido, um “teste de fogo” para separar aqueles que tem atitudes fracas dos que têm atitudes fortes e que dificilmente mudariam sua opinião (Krosnick e Petty, 1995). A vantagem desse indicador é que ele nos oferece uma medida “realista” (Kiewiet de Jonge, 2013, p. 113), uma vez que nenhuma democracia está completamente livre de adversidades e, eventualmente, poderão passar por problemas de ordem econômica, social e política.

Para mensurar o compromisso com a democracia, utilizamos a combinação de três perguntas disponíveis no Barômetro das Américas. A primeira delas é a da preferência pela democracia, medida pela seguinte pergunta: “*Qual das seguintes afirmações você concorda com a mais: (1) Para pessoas como eu, tanto faz se um governo é democrático ou não-democrático, ou (2) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, ou (3) Sob algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um regime democrático*”. São “democratas” apenas aqueles que responderam que a democracia é sempre preferível. Já os que disseram que um governo autoritário pode ser melhor, que tanto faz um governo autoritário ou democrático são os “não democratas”.

⁵ Tradução livre de: “*lo que significa que deviene inmune a los conflictos políticos diarios, a las crisis económicas y políticas, y a la insatisfacción con el funcionamiento y logros del sistema, generando una “zona de seguridad” democrática.*”.

Esse é o polo positivo do compromisso com a democracia, a aceitação, de maneira mais geral e abstrata, de que a democracia é preferível. Além dessa pergunta, utilizamos ainda outras duas, capazes de representar o outro polo da atitude: o da rejeição a golpes militares, mesmo diante de circunstâncias desfavoráveis. Essas “circunstâncias” são representadas pela alta criminalidade, problema constante na região, especialmente na América Central, e a corrupção, praticamente endêmica na América Latina.

As perguntas estão redigidas dessa forma: “*quando há muito crime (1) seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado; ou (2) não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado*” e “*diante de muita corrupção (1) seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado; ou (2) não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado*”.

Somente quem respondeu que a democracia é preferível, que um golpe militar não se justifica na presença de muita corrupção e que um golpe militar não se justifica na presença de muitos crimes é classificado como quem tem “compromissado” com a democracia. Qualquer combinação diferente resulta no “sem compromisso”.

O legado democrático

Se o conceito de apoio à democracia encontra uma longa tradição na literatura, o mesmo não pode ser dito a respeito do “legado democrático”. Pesquisas mais recentes, no entanto, têm investigado o papel das instituições sobre o apoio à democracia em, ao menos, dois importantes aspectos: a qualidade e o tempo das instituições.

Segundo Muller e Seligson (1994), mais do que uma “causa”, uma cultura de apoio à democracia seria um “efeito” das instituições democráticas. As instituições seriam responsáveis por desenvolver um ambiente apropriado à socialização das novas gerações do regime, isto é, a partir da experiência reiterada com a democracia os indivíduos criam laços de lealdade a ela (Jackman e Miller, 2004). Além de terem contato direto com as ações que colocam em prática as normas e princípios da democracia, as novas gerações aprendem em suas redes de socialização os valores democráticos, de tal forma que acabam os reconhecendo como elemento constitutivo da identidade do país (Easton, 1965).

Com o passar do tempo, constitui-se então uma tradição democrática, transmitida aos cidadãos por um processo de habituação (Rustow, 1970). As instituições democráticas, seus valores e normas, já não são mais “estranhas” aos indivíduos e passam a fazer parte do seu cotidiano. Segundo Evans e Rose (2007), o fato tempo é essencial para que

as instituições sejam enraizadas no tecido social, ou seja, para que o seu funcionamento seja incorporado e cristalizado nos hábitos e práticas do cidadão.

Além do tempo, outro fator que tem sido trabalhado pela literatura é a qualidade da democracia. Uma vez que a “resposta” do cidadão na forma de apoio ao regime depende da sua “experiência” direta com as instituições, ou, de forma indireta, do seu “aprendizado” a respeito das instituições, não basta apenas que as democracias estejam “funcionam”, mas sim “funcionando com qualidade”. Em outras palavras, a qualidade das instituições contribui, tanto quanto o tempo, para a conformação das atitudes democráticas.

Alguns estudos empíricos têm reforçado essa relação. Mattes e Bratton (2007, p.23), por exemplo, ao comparar os países africanos chegam a conclusão de que um legado de competição multipartidária tem um efeito fortemente positivo na legitimidade democrática. No contexto asiático, Chu et. al. (2005, p. 18) defendem que parte do apoio à democracia é explicada pela exposição a longo prazo às práticas das instituições democráticas. Na América Latina resultados semelhantes são encontrados: *“The greater the nation’s experience with democracy, the greater the commitment its citizens will manifest to fundamental democratic liberties in the contemporary era”* (Booth e Seligson, 2009, p. 123).

Apesar da contribuição desses estudos, nenhum deles trata de forma sistemática esses efeitos do tempo e da qualidade da democracia sobre o apoio à democracia. Muitos deles utilizam apenas um ou outro fator (ou o tempo ou a qualidade) em seus modelos, além de serem muito diferentes em termos de medidas de qualidade da democracia ou mesmo da escolha do “recorte” do “tempo” utilizado para medir a “tradição democrática”.

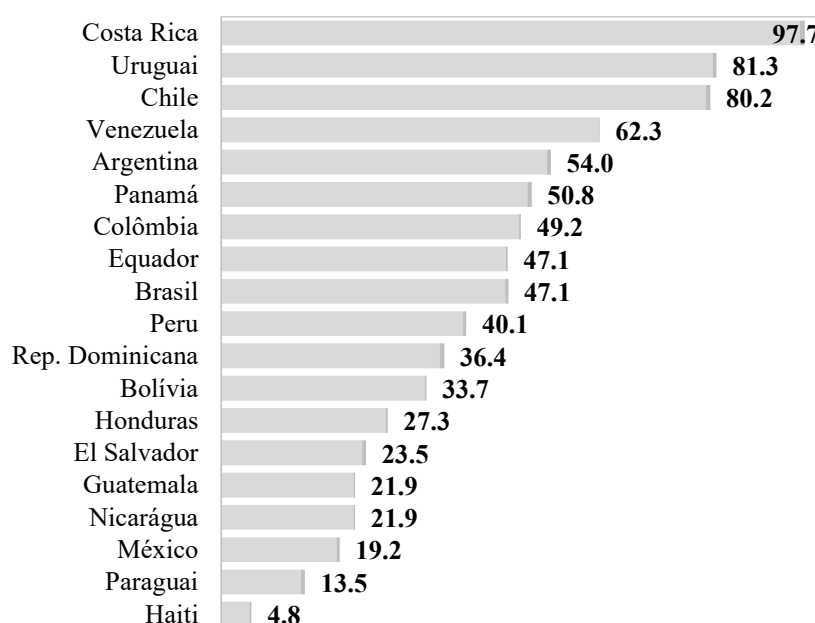
Para aprofundar esse argumento – que ainda não é sistematizado na literatura – propomos o uso do conceito de “legado democrático” cunhado na pesquisa de Mainwaring e Pérez-Liñán (2005) e que pode ser definido, de forma ampla, como a experiência democrática acumulada em um país ao longo dos anos. Apesar de simples, essa definição entrelaça duas condições essenciais ao sugerir que tanto a “experiência” da democracia quanto o seu “tempo” de funcionamento são “acumulados” na forma de um “legado”.

Para medir o legado democrático, utilizamos o índice proposto elaborado por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001). Os autores classificam os regimes políticos de 19 países latino-americanos em todo período de 1900 a 2010 em: democráticos, semidemocráticos e autoritários. A diferença entre os regimes democráticos e os semidemocráticos é que estes últimos cumprem apenas a condição eleitoral da democracia, ou seja, eleições livres, periódicas e competitivas. Já as primeiras têm, além das eleições, a efetivação das liberdades e garantias individuais, necessárias ao livre exercício das competências políticas.

Seguindo os passos realizados pelos autores, atribuímos o valor de 1 para as democracias, 0,5 para as semidemocracias e 0 para os regimes autoritários. O legado democrático é a soma desses valores para cada país em cada ano. Esse índice reflete de forma mais sistemática os dois fatores essenciais apontados pela literatura, uma vez que leva em consideração tanto a qualidade quanto o tempo de duração dos regimes.

Para facilitar a interpretação dos dados o índice final foi recodificando de forma a variar entre 0 e 100. O resultado pode ser visto na Figura 1. Os países com maior legado democrático são a Costa Rica, o Uruguai, Chile, Venezuela e Argentina, enquanto os países com menor legado são Guatemala, Nicarágua, México, Paraguai e Haiti.

FIGURA 1 – Legado democrática na América Latina



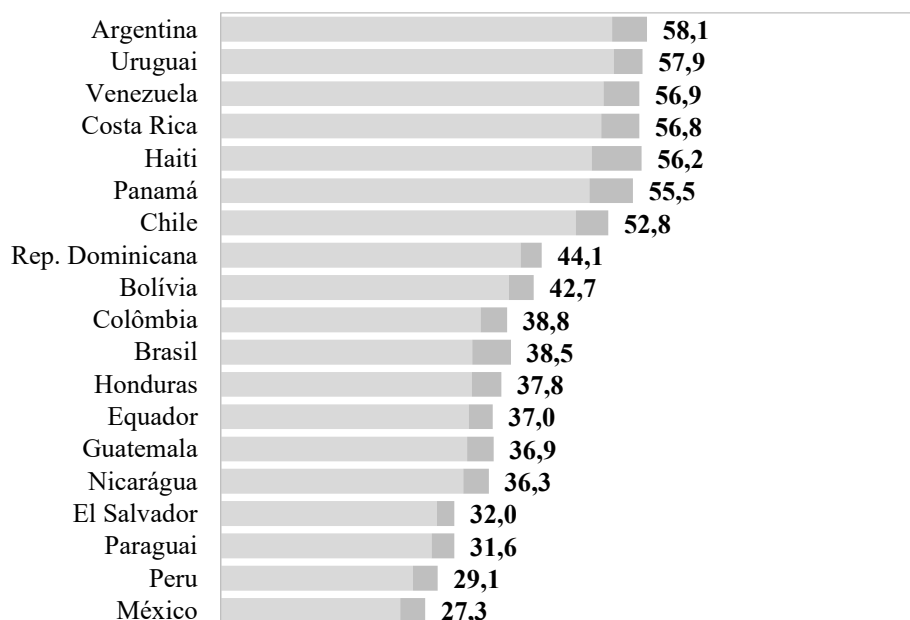
Resultados e discussão

Um primeiro ponto a ser destacado é a diferença dos percentuais do compromisso democrático com a tradicional preferência pela democracia. Segundo o último relatório do Latinobarômetro, a média do percentual de pessoas que diziam preferir a democracia em qualquer circunstância entre os anos de 2006 a 2014 foi de 55% em toda a região. Já no Barômetro das Américas, esse percentual foi ainda maior, alcançando, considerando a média do mesmo período, um percentual de 65%.

Pode-se ver pela Figura 1 que os percentuais de compromisso com a democracia são bem mais modestos, não ultrapassando os 40% para toda a região. Isso significa que boa parte daqueles que se dizem democratas, na realidade poderiam abandonar sua preferência em uma situação na qual o país passe por problemas de crime e de corrupção.

Mas um segundo ponto também chama a atenção: a grande variação entre os países. Enquanto o compromisso democrático ultrapassa os 50% no Chile, Panamá, Haiti, Costa Rica, Venezuela, Uruguai e Haiti, ele não 35% em El Salvador, Peru, Paraguai e México. A argentina, país com o maior percentual, chega a ter quase o dobro que o México, país com o menor percentual de compromisso democrático na América Latina.

FIGURA 2 – Percentual de Compromisso na América Latina
(Barômetro das Américas: 2006 a 2014)



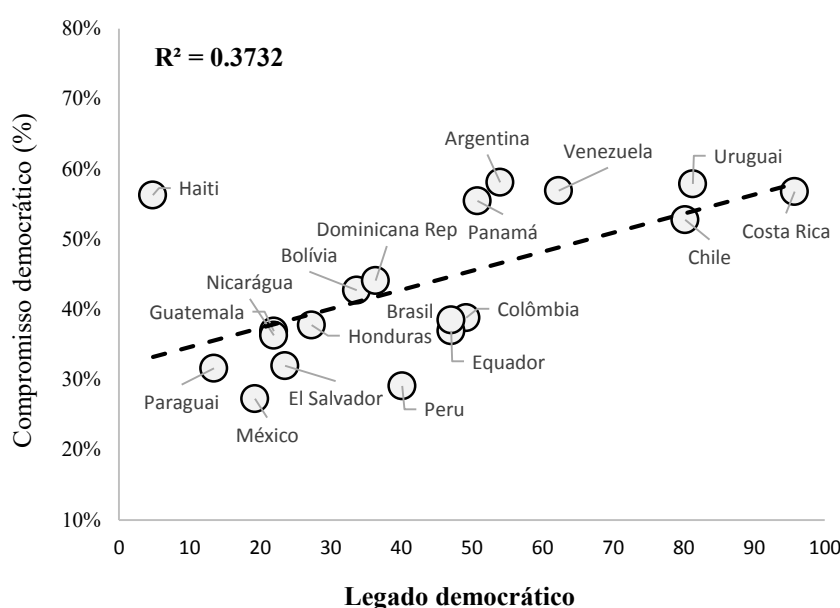
Diante dessa diferença, uma pergunta é: o que torna esses países tão diferentes em seus percentuais de compromisso com a democracia? Boa parte da explicação reside na diferença entre os próprios indivíduos. Com base nos achados da literatura nos últimos anos, países com pessoas mais escolarizadas, interessadas por políticas, que confiam umas nas outras e que entendem que a economia e o governo vão bem, provavelmente também têm percentuais mais elevados de cidadãos compromissados com a democracia.

Entretanto, como discutido anteriormente, existe razões para suspeitar que parte dessa explicação não resida apenas nas diferenças entre os indivíduos, mas também nas

diferenças entre os próprios países. Para testar estatisticamente essa hipótese, estimamos o coeficiente de correlação intraclasse (Snijders e Bosker, 1999; Raudenbush e Bryk, 2002), que demonstra o quanto uma variável é explicada por fatores contextuais. O resultado é que quase 10% do compromisso com a democracia pode ser explicado pelo contexto. Ou seja, existem boas razões para investigar quais são essas condições contextuais.

A Figura 2 mostra que, de fato, a correlação entre o percentual de compromisso com a democracia e o legado democrático, no nível agregado dos dados, é positivo, razoavelmente forte e estatisticamente significativo: em média, os países com maior legado democrático também têm maior percentual de compromisso democrático. É o caso, por exemplo, da Argentina, Venezuela, Uruguai, Chile e Costa Rica, países com longos legados democráticos e com altos percentuais de compromisso democrático.

FIGURA 3 – Correlação entre o percentual de compromisso democrático e legado democrático



Mas qual seria, exatamente, o efeito proporcionado pelo legado democrático? Como dito anteriormente, existem vários outros fatores – no nível individual e contextual – que competem na explicação dessa atitude. No limite, podem ser esses fatores e não o legado democrático que, de fato, explicam o compromisso com a democracia. Tendo isso em mente, para testar de forma mais robusta o efeito do legado democrático sobre o compromisso com a democracia, utilizamos um modelo de regressão hierárquica logístico.

Além do índice de legado democrático, foi incluído no modelo outras duas importantes variáveis contextuais que, segundo a literatura, também estão relacionadas com as atitudes democráticas: o PIB per capita e o índice de GINI, que mede a desigualdade. No nível individual foram incluídos: o sexo, a idade, se mora em área urbana, a riqueza, a escolaridade, o interesse por política, a confiança interpessoal a avaliação da economia e do governo, assim como a avaliação do atual presidente. Adicionalmente, foi incluído o ano da realização de cada *survey* para controlar o efeito do tempo (Kiewiet de Jonge, 2014).

A Tabela 1 mostra os resultados da regressão multinível. O resultado confirma que o legado democrático exerce um efeito positivo e com significância estatística no compromisso democrático, confirmando assim a nossa hipótese. Importante sublinhar que isso ocorre mesmo quando controlado pelas características individuais e, sobretudo, pelo PIB per capita. Isso significa que independentemente da riqueza do país – e, conseqüentemente, do seu grau de modernização – o legado democrático é um fator relevante.

TABELA 1 – Determinantes do Compromisso Democrático.
Regressão Hierárquica Logística

	Coefficiente Logit	Erro Padrão Robusto
Constante	-2.156***	0.184
<i>Variáveis de nível individual</i>		
Homem	-0.024	0.029
Idade em anos	0.018***	0.001
Vive em área urbana	-0.184***	0.038
Riqueza	0.001	0.008
Anos de educação	0.047***	0.004
Alta sofisticação política	0.081**	0.041
Interessado em política	0.149***	0.031
Alta confiança interpessoal	0.295***	0.031
Boa avaliação econômica	0.051***	0.013
<i>Variáveis de nível contextual</i>		
Legado democrático	0.109**	0.049
PIB per capita (\$100)	0.006	0.025
Random-effects Parameters		
sd(_cons)	0.320	0.056
Número de observações	20448	
Número de grupos	18	

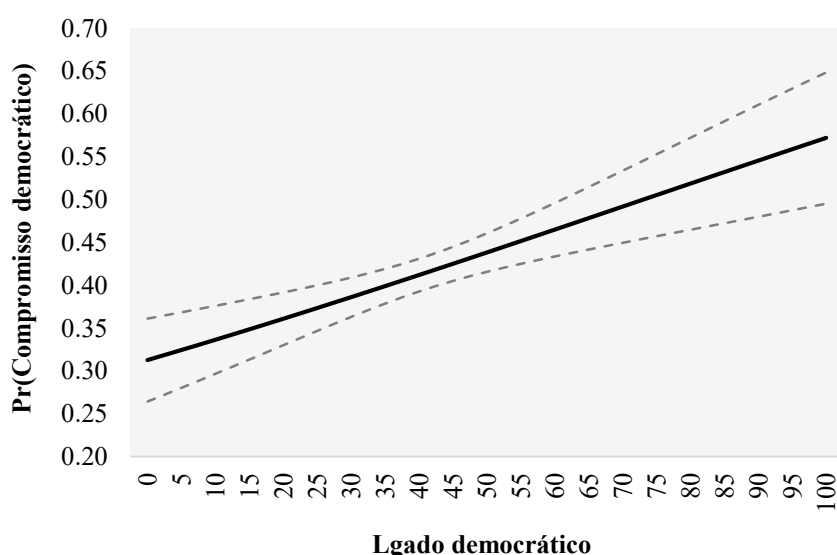
*p<.10, **p<.05, ***p<.01.

Fonte: LAPOP, 2006-2014

Para uma melhor interpretação dos dados, a Figura 3 mostra as probabilidades preditas para os valores do legado democrático em relação ao compromisso democrático. Ou seja, ele estima a probabilidade com que o legado democrático afeta o compromisso, mantendo-se constantes todos os outros fatores incluídos no modelo multinível.

Pode-se observar que conforme cresce o índice do legado democrático, cresce também a probabilidade do compromisso com a democracia. Os cidadãos que vivem no polo mais baixo do legado democrático têm uma probabilidade de apenas 30% de ter compromisso democrático. Entretanto, os cidadãos do polo oposto, com maior legado democrático, têm uma probabilidade que chega quase 60%, praticamente o valor dobrado. Em suma, pode-se ver claramente que quanto maior o legado maior é o compromisso.

FIGURA 4 – Valores preditos do legado democrático em relação ao compromisso com a democracia



Considerações finais

Os resultados da pesquisa mostram que o legado democrático tem um papel importante nas atitudes democráticas dos cidadãos, especificamente o compromisso que estes têm com o regime democrático. Essa evidência coloca questões teóricas e práticas importantes, que merecem ser consideradas em uma agenda futuras de pesquisa.

Uma conclusão importante é que quanto mais e melhor as instituições democráticas funcionam, mais enraizado é o apoio dos cidadãos a esse regime. Por um lado, essa é uma boa notícia para os países que, na América Latina, conseguiram manter suas

instituições, ainda que com eventuais rupturas. Países como a Costa Rica, Uruguai, Chile e Argentina, com longos legados democráticos, têm altos percentuais de compromisso com a democracia que impõe um alto custo a qualquer retorno autoritário.

Por outro lado, ela fortalece a preocupação com as regiões em que a democracia ainda não conseguiu se estabilizar e funcionar de uma forma minimamente qualificada e por um tempo suficiente para que possam se fortalecer. Esses parecem ser o caso de países como Peru, El Salvador, Nicarágua, Paraguai ou até mesmo o México.

É muito importante, no entanto, deixar claro que essas não são conclusões determinísticas, até mesmo porque toda democracia tem de ter um começo que, normalmente, envolve muitas dificuldades. Entretanto, os resultados aqui apresentados reforçam aqueles uma outra agenda de estudos sobre a transição política e que apontava sistematicamente a importância do “momento fundacional” dos regimes democráticos e dos seus primeiros anos de “sobrevivência”. Isso porque, como demonstramos, na medida em que o regime ganha qualidade e tempo, ele passa a ser cristalizado no tecido social. Quanto mais perdura esse processo, mais ele se reforça: instituição e cultura se alimentam.

Justamente por não ser um processo determinístico, existem exceções importantes que merecem ser melhor pesquisadas. A Venezuela, por exemplo, é um país de longo legado democrático, alto compromisso com a democracia, está em um processo crescente de deterioração das liberdades e garantias civis. O Haiti, por sua vez, é outro caso especial: o país com o menor legado democrático da região, porém com altos índices de compromisso democrático. O caso do Haiti mostra que existem outros caminhos pelo qual esse compromisso pode ser construído, independentemente do legado democrático anterior.

Referências bibliográficas

Almond, Gabriel. Political science: history of the discipline. In: Goodin, Robert; Klingemann, Hans-Dieter (eds.). A new handbook of political science. Oxford: Oxford University Press, p. 50-96. 1996.

Booth, J., e Seligson, M. A. (2009). The legitimacy puzzle: Democracy and political support in eight Latin American nations. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Chu, Y. e Huang, M, A Synthetic Analysis of Sources of Democratic Legitimacy, Working Paper Series n.14, AsianBarometer, 2007

Diamond, L. (1999). *Developing democracy: Towards consolidation*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

Druckman, J. e Lupia, A. Preference Formation. *Annual Review of Political Science*. 3, p. 1-24. 2000.

Easton, D. (1965). *A system analysis of political life*. New York: Wiley.

Evans, G. e Rose, P. (2007). *Education and Support for Democracy in Sub-Saharan Africa: Testing Mechanisms of Influence*. Afrobarometer Working Paper 75. Capetown, SA: Afrobarometer.

Jackman e Miller, 2004. *Before norms institutions and civic culture*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Kiewiet de Jonge, C. (2013). *Political learning and democratic commitment in new democracies*. Tese de doutorado.

Krosnick, J. Expertise and Political Psychology. *Social Cognition*. 8, 1, p. 1-8. 1990.

Krosnick, J. e Rahn, W. Attitude Strength. *Encyclopedia of Human Behavior*. 1, p. 279-289. 1994.

Linz, J. e Stepan, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation*. Baltimore, John Hopkins Press.

Mainwaring, Scott, and Aníbal Pérez-Liñán. 2005. "Latin American Democratization since 1978: Democratic Transitions, Breakdowns, and Erosions." In Frances Hagopian and Scott Mainwaring, eds., *The Third Wave of Democratization in Latin*

Mainwaring, Scott, Daniel Brinks, and Aníbal Pérez-Liñán. 2001. "Classifying political regimes in Latin America, 1945-1999." *Studies in Comparative International Development* 36 (1):37-65.

Mattes, Robert y Bratton, Michael. 2007. "Learning about Democracy in Africa: Awareness, Performance, and Experience". *American Journal of Political Science*, 51 (1):197-217.

Mishler, W. e Rose, R. (2001). Political Support for Incomplete Democracies: Realist vs. Idealist Theories and Measures. *International Political Science Review*, v. 22, p. 303-320.

Muller, E. e Seligson, M. (1994). Civic culture and democracy: The question of causal relationships. *The American Political Science Review*, v. 88, n. 3, p. 635-652.

Raudenbush, S. W. Bryk, A. S. (2002). *Hierarchical linear models: Applications and data analysis methods*, second edition. Newbury Park, CA: Sage.

Recabarren-Silva, L. (2014). *Lógicas de Rechazo a América Latina*, Teses de Doutorado.

Rose, R. (2002). Medidas de democracia em surveys. *Opinião Pública*, v. 8, n. 1, p. 1-29.

Rustow, D. (1970). Transitions to Democracy: toward a dynamic model. *Comparative politics*, v. 2 n. 3, p. 337-363.

Snijders, T., e Bosker, R. (1999). *Multilevel Analysis: An Introduction to Basic and Advanced Multilevel Modeling*. Sage Publications, London.

Torcal, Mariano. 2008. "El origen y la evolución del apoyo a la democracia en España. La construcción del apoyo incondicional en las nuevas democracias". *Revista Española de Ciencia Política* 18: 26-65.

Zaller, J. e Feldman, J (1992). The political culture of ambivalence: ideological responses to the Welfare State. *American Journal of Political Science*, v. 36, n. 1, p. 268-307.